

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputada Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC;
Deputado Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Masamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.
Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e
2º - Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Telefone: (95) 3623-6665 | (95) 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

Atos Administrativos

- Resoluções nº 2212 a 2242/2016 - DGP 02

Atos Financeiros

- Memo ALE/DIFIN/MEMO Nº 098/16 06

- Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º bim - 2016 07

Atas Plenárias

- Ata da 2534ª Sessão Ordinária - Sucinta 09

- Ata da 2513ª Sessão Ordinária - Íntegra 10

- Ata da 2515ª Sessão Ordinária - Íntegra 17

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 02212/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Franklin Delando Rabelo Nobre, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02213/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Gizelle Oliveira da Costa**, matrícula 08248, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02214/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ana Maria da Silva Vieira, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02215/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Meri Jani de Melo Ferreira**, matrícula 18396, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09

de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02216/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Moacir Ângelo Costa Menezes, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02217/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Moises Viana Ribeiro**, matrícula 18129, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02218/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Alessandro Araújo Portela, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02219/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Aldo Rodrigues do Nascimento Neto, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02220/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **João Ferreira da Costa Neto**, matrícula 18603, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02221/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Francisco Carlos da Silva Macedo, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02222/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Gabriela Lima Duarte, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16

de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02223/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Maria de Fátima Pereira da Silva**, matrícula 18643, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02224/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Oziel da Conceição Araújo, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02225/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear João David Barroso Piccolotto, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02226/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Ivanete Rocha de Freitas**, matrícula 17561, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02227/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Adriana Freitas da Silva, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02228/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Natalia Paiva de Oliveira**, matrícula 8640, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-2, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02229/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Natalia Paiva de Oliveira, matrícula 8640, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285

de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02230/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Andreia Maria Silva da Cruz**, matrícula 13804, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-3, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02231/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Andreia Maria Silva da Cruz, matrícula 13804, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02232/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Eudvan Rosa da Silva**, matrícula 11330, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02233/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Eudvan Rosa da Silva, matrícula 11330, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02234/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Arides Cruz Lima**, matrícula 18753, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02235/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Arides Cruz Lima, matrícula 18753, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02236/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Katia Cristina Cruz e Silva**, matrícula 16882, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua

publicação, com efeito a partir de 1 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02237/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Katia Cristina Cruz e Silva,

matrícula 16882, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-11, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02238/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Lazaro Santos**, matrícula 16819, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-11, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02239/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Lazaro Santos, matrícula 16819, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02240/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Richard Camara de Melo**, matrícula 18751, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02241/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Richard Camara de Melo, matrícula 18751, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02242/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido do servidor **Wanderley Bezerra**, matrícula 17649, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

ATOS FINANCEIROS

ALE/DIFIN/MEMO Nº 098/16

Boa Vista-RR, 14 de setembro de 2016

Excelentíssima Senhora

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentos Gerais da ALE/RR

Senhora Gerente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, o **Relatório Resumido de Execução Orçamentária, deste Poder Legislativo, referente ao 4º bimestre de 2016, para Publicação** no Diário da Assembleia, conforme quadro anexo. Cordialmente,

Francisco Carmozildo H. de Araújo.

Gerente de Orçamento.

O Poder Legislativo
trabalhando para **você**

CAC
CENTRO DE APOIO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS

**De mãos dadas com o legislativo municipal,
por uma gestão de qualidade**

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA
Independente e mais perto de você

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO: 2016 / BIMESTRE: JULHO—AGOSTO/2016

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais)1,00

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	191.681.123,00	192.881.123,00	—	—	—	—	192.881.123,00
TRANFERÊNCIAS CORRENTES	191.681.123,00	192.881.123,00					192.881.123,00
Transferências Intragovernamentais	191.681.123,00	192.881.123,00	—	—	—	—	192.881.123,00
			—	—	—	—	
RECEITAS DE CAPITAL	6.200.000,00	5.000.000,00					5.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.200.000,00	5.000.000,00	—	—	—	—	5.000.000,00
Transferências Intragovernamentais	6.200.000,00	5.000.000,00	—	—	—	—	5.000.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	197.881.123,00	197.881.123,00	—	—	—	—	197.881.123,00
DÉFICIT (II)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	197.881.123,00	197.881.123,00					197.881.123,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (e)=(b-d)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(b-g)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	ESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (j)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	No Bimestre (c)	Até o Bimestre (d)		No Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS CORRENTES	191.681.123,00	192.881.123,00	26.394.457,00	161.700.997,60	31.180.125,40	30.799.719,25	115.522.228,47	77.358.894,53	210.680.868,61	0,00
Pessoal/Encargos Sociais	79.637.000,00	80.078.413,00	15.995.770,02	77.860.974,98	2.217.438,02	15.589.959,90	48.905.293,91	31.173.119,09	88.223.062,39	0,00
Outras Despesas Correntes	112.044.123,00	112.802.710,00	10.398.686,98	83.840.022,62	28.962.687,38	15.209.759,35	66.616.934,56	46.185.775,44	122.457.806,22	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.200.000,00	5.000.000,00	1.500.000,00	1.929.271,64	3.070.728,36	225.114,71	458.693,31	4.541.306,69	692.271,91	0,00
Investimentos	6.200.000,00	5.000.000,00	1.500.000,00	1.929.271,64	3.070.728,36	225.114,71	458.693,31	4.541.306,69	692.271,91	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)	197.881.123,00	197.881.123,00	27.894.457,00	163.630.269,24	34.250.853,76	31.024.833,96	115.980.921,78	81.900.201,22	211.373.140,52	0,00
SUPERÁVIT (II)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	197.881.123,00	197.881.123,00	27.894.457,00	163.630.269,24	34.250.853,76	31.024.833,96	115.980.921,78	81.900.201,22	211.373.140,52	0,00

Fontes:THEMA e FIPLAN –Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Jalsner Renier Padilha
Presidente da ALE

Adolfo Salatiel Soares de Souza
Diretor Financeiro

Sebastião Ernesto Santos dos Anjos
Controlador Geral ALE/RR

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO: 2016 / BIMESTRE: JULHO – AGOSTO/2016

R\$ (reais) 1,00

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO e=(b-d)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO h=(b-g)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	% (g/ total b)	ESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre (c)	Até o Bimestre (d)		No Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)				
LEGISLATIVA	197.881.123,00	197.881.123,00	27.894.457,00	163.630.269,24	34.250.853,76	31.024.833,96	115.980.921,78	81.900.201,22	211.373.140,52	59	0,00
Ação Legislativa	197.881.123,00	197.881.123,00	27.894.457,00	163.630.269,24	34.250.853,76	31.024.833,96	115.980.921,78	81.900.201,22	211.373.140,52	59	0,00
TOTAL	197.881.123,00	197.881.123,00	27.894.457,00	163.630.269,24	34.250.853,76	31.024.833,96	115.980.921,78	81.900.201,22	211.373.140,52	59	0,00

FONTES: THEMA E FIPLAN- Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Jalsner Renier Padilha
Presidente da ALE

Adolfo Salatiel Soares de Souza
Diretor Financeiro

Sebastião Ernesto Santos dos Anjos
Controlador Geral ALE/RR

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO: 2016 / BIMESTRE: JULHO—AGOSTO/2016

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas “a” e “b” do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais) 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	278.240,00	1.305.461,66	—	—	—	—	1.305.461,66
TRANFERÊNCIAS CORRENTES	278.240,00	1.305.461,66	—	—	—	—	1.305.461,66
Transferências Intragovernamentais	278.240,00	1.305.461,66	—	—	—	—	1.305.461,66
			—	—	—	—	—
RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	—	—	—	—	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	—	—	—	—	50.000,00
Transferências Intragovernamentais	50.000,00	50.000,00	—	—	—	—	50.000,00
			—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	328.240,00	1.355.461,66	—	—	—	—	1.355.461,66
DÉFICIT (II)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	328.240,00	1.355.461,66	—	—	—	—	1.355.461,66

DESPESAS	DOTAÇÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (e)=(b-d)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(b-g)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	ESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (j)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	No Bimestre (c)	Até o Bimestre (d)		No Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS CORRENTES	278.240,00	1.305.461,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.305.461,66	-----	-----
Pessoal/Encargos Sociais	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outras Despesas Correntes	278.240,00	1.305.461,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.305.461,66	-----	-----
			—	—	—	—	—	—	-----	-----
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	—	—	—	—	—	50.000,00	-----	-----
Investimentos	50.000,00	50.000,00	—	—	—	—	—	50.000,00	-----	-----
INVERSÕES FINANCEIRAS	—	—	—	—	—	—	—	—	-----	-----
SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)	328.240,00	1.355.461,66	—	—	—	—	—	1.355.461,66	-----	-----
			—	—	—	—	—	—	-----	-----
SUPERÁVIT (II)										
TOTAL (I) + (II)	328.240,00	1.355.461,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.355.461,66	-----	-----

Fontes: THEMA e FIPLAN – Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Jalsner Renier Padilha
Presidente da ALE

Adolfo Salatiel Soares de Souza
Diretor Financeiro

Sebastião Ernesto Santos dos Anjos
Controlador Geral ALE/RR

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO: 2016 / BIMESTRE: JULHO –AGOSTO/2016

R\$ (reais) 1,00

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (e)=(b-d)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(b-g)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	% (g/ total b)	ESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre (c)	Até o Bimestre (d)		No Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)				
LEGISLATIVA	328.240,00	1.355.461,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.355.461,66	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	328.240,00	1.355.461,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.355.461,66	0,00	0,00	0,00
			—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	328.240,00	1.355.461,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.355.461,66	0,00	0,00	0,00

FONTES: THEMA E FIPLAN- Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Jalsner Renier Padilha
Presidente da ALE

Adolfo Salatiel Soares de Souza
Diretor Financeiro

Sebastião Ernesto Santos dos Anjos
Controlador Geral ALE/RR

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUINGÉSIMA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia treze de setembro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingéscima trigésima quarta Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo Período Legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à verificação de quórum. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Izaías Maia**, que fizesse a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, proceder à leitura do Expediente.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO: Mensagem Governamental nº 84, de 08/09/16, encaminhando para apreciação o Projeto de Emenda Constitucional que “Institui o Código de Ética e Disciplina dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima”; Mensagem Governamental nº 85, de 08/09/16, encaminhando para apreciação Projeto de Lei de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, em favor da Companhia Energética de Roraima – CERR; Mensagem Governamental nº 86, de 08/09/16, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, em favor do Fundo Estadual de Infraestrutura de Transportes – FEIT.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS: Requerimento s/nº, de 08/09/16, do Deputado Izaías Maia – Vice-Presidente da Comissão Especial Interna, Criada nos Termos da Resolução nº 041/2015 Alterada Pela Resolução nº 005/16, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Requerimento s/nº, de 12/09/16, do Deputado Evangelista Siqueira, requerendo deferimento de Proposição que tem como objeto, a “Constituição de Comissão Especial Externa, para acompanhar a situação dos imigrantes venezuelanos em Roraima e as ações governamentais a serem realizadas na busca de resolução de tal situação que se apresenta”; Memorando nº 167, de 08/09/16, da Deputada Lenir Rodrigues, comunicando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 08 de setembro do corrente ano.

DIVERSO: Ofício nº 209, de 06/09/16, da CAIXA - Gerência Executiva de Governo Boa Vista/RR, notificando Crédito de Recursos Financeiros, no valor R\$ 1.373.088,57 (um milhão trezentos e setenta e três mil, oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) – Orçamento Geral da União.

GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado **Izaías Maia** iniciou chamando, mais uma vez, a atenção para a questão energética do Estado. Ressaltou que a interrupção do fornecimento é iminente, visto que a Venezuela atravessa uma grave crise socioeconômica, ressaltando que o estado pode ficar às escuras. Depois, reportou-se ao sistema prisional de Roraima que, segundo o Senhor Parlamentar, enfrenta uma crise sem precedentes. Prosseguindo, dirigiu-se aos profissionais da enfermagem - presentes nas galerias -dizendo que eles podem contar com o seu apoio, uma vez que estão reivindicando apenas o que lhes é de direito, na medida em que o Governo do Estado não cumpriu nenhuma de suas promessas. De acordo com o Senhor Parlamentar, esses profissionais muitas vezes tiram dinheiro do próprio bolso para comprar medicamentos para as pessoas mais necessitadas internadas no Hospital Geral de Roraima. Finalizou solicitando ao Líder do Governo que busque um entendimento junto à Governadora para que ela receba tais profissionais e evite, desse modo, uma possível greve, fato que só prejudicaria os mais humildes. O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** iniciou cumprimentando os profissionais da saúde do Estado de Roraima, que estão em greve, e se colocou à disposição da classe nessa luta. Cumprimentou também o Senhor Deputado Flamarion Portella, desejando-lhes as boas-vindas nesta Casa e boa sorte ao Senhor Deputado Chicão da Silveira à frente do DETRAN. Em seguida, prestou informações acerca da audiência pública que discutiu a situação dos venezuelanos que estão adentrando as fronteiras deste Estado. De acordo com o Senhor Deputado, a situação deles é muito grave, principalmente no município de Pacaraima, onde centenas de pessoas estão transitando pelas ruas sem rumo e sem ter o que comer, preocupando as autoridades brasileiras no que tange à saúde e segurança pública. Continuando, disse que o SETRABES e a defesa Civil já estão fazendo um levantamento técnico, com ações já desencadeadas naquele município, para minimizar a situação. Também lembrou que existe preocupação do Ministério Público com a situação das crianças, que pedem comida pelas ruas, e das pessoas que vem sendo exploradas e até escravizadas. Por fim, disse que, apesar deste Poder não ter a competência para resolver esse problema, é preciso realizar algo. Segundo o parlamentar, a ação conjunta dos poderes municipais e estadual fará ecoar a voz até que as informações relevantes e urgentes cheguem ao Governo Federal. O Senhor Deputado **Flamarion Portella** iniciou

o seu discurso manifestando sua satisfação em estar de volta a este Poder, destacando que retornou pela vontade de Deus e que espera que seu mandato seja pleno enquanto durar. Na sequência, falou da importância dos três Poderes, em especial, do Poder Legislativo que, em sua opinião, é o mais bonito de todos, pois tem o poder de legislar, fiscalizar e representar a sociedade. Por fim, destacou que os Deputados são todos iguais, eleitos pelo povo para representá-los. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** iniciou solidarizando-se com os funcionários da Secretaria Estadual de Saúde, ressaltando a importância da participação do líder do governo na reunião da Comissão de Saúde e representantes dos servidores para construir um entendimento. Após, reportou-se à pesquisa feita pelo IDEB, que calcula o indicador da qualidade do ensino, em que o governo combina informações de desempenho dos estudantes em exames padronizados em todo o país. Ressaltou que as escolas privadas do sul e sudeste alcançaram os primeiros duzentos e cinquenta lugares. Por isso, defende a regionalização do ENEM para que os alunos concorram no mesmo nível. Ele citou, como exemplos, os cursos mais concorridos das universidades públicas do Norte (Medicina e Engenharia) os quais são preenchidos por alunos de escolas particulares do Sul e Sudeste do país, escolas que alcançaram os melhores resultados no IDEB. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** enfatizou sua alegria e satisfação em ver seu sonho realizado com a implantação do Colégio Militar no Estado de Roraima, que hoje vem dando os frutos esperados. Continuando, destacou que a Escola Militar Coronel Derly Vieira Borges, com apenas quatro anos de existência, obteve nota 7.0 no IDEB (cujo índice nacional é de 5,5) superando, assim, a média de todas as escolas estaduais e figurando entre as melhores escolas militares do País. Prosseguindo, informou que o IDEB é uma ferramenta do MEC que, a cada dois anos, avalia o ensino brasileiro e cujo cálculo tem como base o fluxo escolar, a taxa de aprovação, a taxa de reprovação e abandono escolar. O parlamentar salientou que esta é uma vitória de todas as pessoas que o apoiaram na implantação desse novo modelo de ensino, até então inexistente no estado de Roraima e que, com apoio e dedicação da equipe gestora da escola, dos pais, dos próprios alunos e de vários parceiros, o sonho foi realizado. Depois, elogiou a atitude da governadora em implantar tal modelo em duas escolas estaduais colocando-se à disposição, se necessário, para ajudá-la a implantar essa metodologia em todo o estado. Finalizou agradecendo o apoio desta Casa e de todos os seus membros na realização desse sonho.

ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para a Ordem do Dia, discussão e votação, em turno único, Mensagem Governamental nº 077/16, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 039/16, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017”, e dá outras providências; do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/16, que “dispõe sobre a apreciação e arguição do nome da senhora Mariana Ferreira Poltronieri, indicada para exercer o cargo de Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR, conforme Mensagem Governamental nº 075/2016”, de autoria da comissão especial; do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/16, que “aprova a indicação do nome do senhor Rogério Martins Campos, para ocupar o cargo de Presidente da Fundação de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH/RR, conforme Mensagem Governamental nº 016/2016”, de autoria de Comissão Especial; do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/16, que “aprova o nome do senhor Vicente de Paula Vasconcelos Barreto para exercer o cargo de Presidente da Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR, conforme Mensagem Governamental nº 048/2015”, de autoria da Comissão Especial Externa; do Projeto de Lei nº 098/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor do Tribunal de Contas, crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para reforço de dotações constante da Lei Orçamentária vigente”; e do Requerimento nº 064/16, solicitando prorrogação de prazo, por igual período, da Comissão Especial Interna, criada nos termos da Resolução nº 041/15 e alterada pela Resolução nº 005/16. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir parecer às referidas matérias. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/16. Colocado em discussão e votação secreta, a matéria foi aprovada por 22 votos favoráveis, nenhum contra e uma abstenção. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/16. Colocado em discussão e votação secreta, o projeto foi aprovado por 20 votos favoráveis, um contra e nenhuma abstenção. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 098/16. Colocado em discussão e votação, a matéria foi aprovada por 18 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 64/16. Colocado em discussão e votação simbólica, a matéria foi aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Posteriormente, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Parlamentares do teor da Resolução nº 028/16, que cria a Comissão Especial Interna para analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/16, composta pelos Senhores Deputados: Jorge Everton, George Melo, Naldo da Loteria, Flamarion Portella e Angela A. Portella. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** agradeceu a equipe da Procuradoria Especial da Mulher, por meio do CHAME, bem como a Mesa Diretora, pela contemplação, em primeiro lugar no edital do Tribunal de Justiça, do Projeto Reconstruir. Em seguida, convidou os membros da CPI do Sistema Prisional para reunião, às 15h, em frente a Penitenciária Agrícola do Monte Cristo, momento em que será realizada visita técnica naquela instituição. Após, informou que a Comissão já realizou visitas técnicas no CPP, Cadeia Pública e Cadeia Feminina de Boa Vista. Finalizou convidando os membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde para reunião, após o término da Sessão, momento em que receberão representantes de servidores de enfermagem do estado. O Senhor Presidente parabenizou à Senhora Deputada Lenir Rodrigues pelo excelente trabalho à frente do CHAME, bem como o Tribunal de Justiça pela contemplação do Projeto. Após, parabenizou o Senhor Rogério Martins Campos, pela aprovação do seu nome para ocupar o cargo de Presidente da FEMARH/RR, desejando-lhes sucesso em sua gestão. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** iniciou informando que iria participar da reunião da Comissão de Saúde, após o término da Sessão. Após, agradeceu o apoio dos pares na aprovação dos nome do senhor Rogério Martins Campos para a presidência da FERMAH; bem como da senhora Mariana Ferreira Poltronieri, na Junta Comercial, desejando-lhes sucesso à frente das pastas. O Senhor Presidente parabenizou o Senhor Deputado Brito Bezerra pela aprovação das matérias, destacando sua habilidade no trato com os Senhores Deputados. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente Sessão e convocou outra para o dia 14 de setembro, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portella, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**
Aprovada em: 14/09/2016

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2513ª SESSÃO, EM 21 DE JUNHO DE 2016.
 51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
 (Em Exercício)

Às nove horas do dia vinte e um de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima décima terceira Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart**- Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura das Atas das Sessões anteriores.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart**– Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 47, de 15/06/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei nº 060, de 16/06/16, que abre, no Orçamento Fiscal do Estado, Crédito Suplementar por Transposição em favor da Casa Civil.

Mensagem Governamental nº 48, de 15/06/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei nº 061, de 15/06/16, que abre, no Orçamento

Fiscal do Estado, Crédito Suplementar por Transposição em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura.

Mensagem Governamental nº 49, de 15/06/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei 062, de 15/06/16, que abre, no Orçamento Fiscal do Estado, Crédito Adicional Suplementar em favor da Polícia Civil do Estado de Roraima.

Mensagem Governamental nº 50, de 15/06/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei nº 063, de 15/06/16, que “cria o cargo de Secretário Adjunto do Tesouro Estadual, e dá outras providências”;

Ofício nº 1047, de 14/06/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, encaminhando cópia do SESAU/GAB/Ofício nº1508/16, em resposta à Indicação nº 099/16, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues.

RECEBIDOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

Ofício nº 1330, de 02/06/16, do Tribunal de Contas da União – Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas, encaminhando cópia do Acórdão 1163/16-TCU-Plenário, acompanhado do relatório e voto que o fundamentou, referente ao Processo TC 033.057/2014-1, que trata de FOC – Auditoria Operacional do Ecoturismo na Região Norte.

Ofício Circular nº 005, de 07/06/16, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado-TCERR, encaminhando CD com o relatório individual do Levantamento de Governança Pública e Governança e Gestão das Aquisições realizadas em 2014.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei s/nº, de 13/06/16, do Deputado Valdenir Ferreira, que institui o Padrão de Atendimento Médico-Odontológico nas Unidades Prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas e dá outras providências.

Indicação s/nº, de 13/06/16, do Deputado Valdenir Ferreira ao Governo do Estado para recuperação das pontes das Vicinais 16 e 21 do município de São João da Baliza.

Indicação s/nº, de 14/06/16, do Deputado Zé Galeto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, para reforma da Escola Estadual Professora Maria das Neves Rezende, situada no bairro Asa Branca, zona oeste da Capital Boa Vista.

Indicação s/nº, de 14/06/16, do Deputado Zé Galeto ao Governo do Estado para reconstrução da ponte de madeira localizada na Vicinal 22, entre o Projeto de Assentamento Angelim e a Fundiária do Município de Caracarái.

Indicação s/nº, de 14/06/16, do Deputado Jorge Everton ao Governo do Estado para realização de obras de esgoto nas ruas que não possuem tal estrutura e manutenção naquelas que possuem, no bairro 13 de Setembro.

Indicação s/nº, de 14/06/16, do Deputado Jorge Everton ao Governo do Estado para disponibilização de quadro funcional para a Escola Estadual Vitória Mota Cruz, localizada no bairro Paraviana da cidade de Boa Vista.

Indicação s/nº, de 14/06/16, do Deputado Jorge Everton ao Governo do Estado para disponibilização de estrutura mínima de funcionamento da Escola Estadual São Vicente de Paula, localizada no Bairro São Vicente, em Boa Vista.

Indicação s/nº, de 14/06/16, do Deputado Jorge Everton ao Governo do Estado para construção de rede de esgoto nas ruas do bairro São Bento (Brigadeiro).

Indicação s/nº, de 14/06/16, do Deputado Jorge Everton ao Governo do Estado para construção de rede de esgoto nas ruas do bairro Nova Cidade.

Indicação s/nº, de 14/06/16, do Deputado Jorge Everton ao Governo do Estado para disponibilização de estrutura mínima de funcionamento para a Escola Estadual Prof.ª Maria das Neves Rezende, localizada no bairro Asa Branca da cidade de Boa Vista.

Requerimento s/nº, de 14/06/16, do Deputado Izaías Maia – Presidente da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 006/15 e alterada pela Resolução nº 015/15, requerendo prorrogação de prazo de funcionamento por igual período.

Requerimento s/nº, de 14/06/16, do Deputado Chico Mozart para retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 069/15, que “institui o Programa Casas da Solidariedade”.

Requerimento s/nº, de 16/06/16, do Deputado Marcelo Cabral – Presidente da Comissão Especial Externa criada pela Resolução nº 49/15, requerendo prorrogação de prazo de funcionamento por igual período.

Memorando nº 060, de 13/06/16, do Deputado Mecias de Jesus, informando sua ausência no expediente parlamentar do plenário desta Casa Legislativa no período de 14 a 16 de junho do corrente ano.

Memorando nº 056, de 14/06/16, do Deputado Jorge Everton, justificando sua ausência na Sessão plenária do dia 31 de maio do corrente ano.

Memorando nº 018, de 16/06/16, do Deputado Chicão da Silveira, justificando sua ausência na Sessão plenária do dia 16 de junho do corrente ano.

Memorando nº 058, de 16/06/16, do Deputado Jorge Everton, justificando sua ausência na Sessão plenária do dia 16 de junho do corrente ano.

RECEBIDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:

Ofício nº 563/16, de 30/05/16, do Ministério Público Federal, reiterando que, no prazo de vinte dias, esta Casa encaminhe solicitação feita por meio do ofício nº 601/16/3º/Ofício Cível/PRRR/MPF.

DIVERSOS:

Ofício nº 002, de 09/06/16, da Câmara Municipal de Caroebe, informando necessidade de contratação de profissionais para atuar no departamento de trânsito do município.

Ofício nº 060, de 14/06/16, Conselho Estadual das Cidades de Roraima – CONSEC/RR, encaminhando Resolução nº 001/16, do CONSEC/RR.

Ofício nº 043, de 14/06/16, do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado de Roraima – SINTJURR, reiterando solicitação de reunião com membros da diretoria do sindicato e comissão de servidores da ALE.

Ofício nº 352, de 14/06/16, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, solicitando informações desta Casa de Leis sobre interpretação de termo disposto no parágrafo único do art. 20-H da Constituição do Estado de Roraima.

Ofício nº 1318, de 14/06/16, do Banco do Brasil, informando reajuste de tarifas pelo índice IPCA/2015, em 10,67%, a partir do dia 15 de julho do corrente ano.

Requerimento s/nº, de 09/06/16, dos Representantes Sindicais do Estado de Roraima, requerendo apoio desta Casa Legislativa em reivindicação pelo encaminhamento de Projeto de Lei que assegure ao servidor o direito à licença com remuneração para desempenho de mandato classista.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Temos cinco oradores para usar a Tribuna nesta manhã, em razão da retirada do nome do Deputado Izaías, temos 04 oradores. Dessa maneira, vamos dar 15 minutos para cada orador, vamos cumprir religiosamente o tempo. Peço encarecidamente aos Senhores Deputados que cumpram o tempo para que não entre no espaço de tempo dos outros.

Pela ordem, o Senhor Deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa, cidadão e cidadãs que vieram prestigiar a sessão de hoje, profissionais da imprensa, bom-dia.

Senhoras e senhores é precisa falar sobre o suicídio, lembre-me que esta é a segunda vez que eu uso a tribuna desta Casa para fazer o alerta sobre um problema que vem aumentando no mundo, no Brasil e especialmente em Roraima. Um problema grave que deixa rastros de sofrimento aos familiares, amigos, pessoas com quem se tem relações. Cabe salientar, senhora e senhores, que a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio. Vejam bem, a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio. A cada dia, 3 mil pessoas tiram sua própria vida no mundo e cada ano um milhão de pessoas. Os dados são da organização mundial de saúde, e eles nos obrigam fazer uma reflexão sobre os motivos que levam uma pessoa a tirar a sua própria vida. O que está acontecendo com a nossa população? Como administrar os problemas e os conflitos interiores que nós, como seres humanos, sujeitos à condição da vida, somos submetidos a cada momento.

Os médicos psiquiatras afirmam que mais de 90% dos casos de suicídio, de tentativa de suicídio têm associação com transtornos psíquicos, uso de álcool e outras drogas, mas, entre as causas, há também outras situações envolvidas. As pessoas não estão sabendo lidar com seus conflitos interiores, não conseguem ver outras perspectivas a não ser tirar a sua própria vida.

Então, Senhora e Senhores, o problema é de todos nós. É um problema de saúde pública, foi por esta razão que esta Casa aprovou este mês um projeto de minha autoria que dispõe sobre a Semana Estadual de Valorização da Vida e Combate ao Suicídio, Deputado Valdenir. Isso porque no Estado de Roraima esse número tem sido cada vez mais maior, os casos cada vez mais frequentes e em curto espaço de tempo.

Senhoras e Senhores, em menos de 24 horas no final de semana passada registramos o suicídio de dois jovens roraimenses. Isso é grave, é preocupante. A nossa proposta, para a Semana de Valorização da Vida, e Combate ao Suicídio, é levantar a discussão em escolas, redes de saúde, órgãos públicos, ONGs e quem estiver interessado em participar da discussão, a fim de falar abertamente sobre o assunto como prática de sensibilização, de forma que a nossa sociedade fique em alerta para esse mal, que é chamado mal da atualidade, que é o suicídio. Hoje, acontece com famílias dos outros,

mas amanhã a gente pode ser acometido com esse mal terrível, que destrói e causa sofrimento grave aos familiares, amigos e a quem está junto. Temos que educar, a sensibilizar, e dar alertas. Essas são as palavras de ordem quando se trata do suicídio. A sociedade brasileira não pode continuar como o 8º país do mundo em casos de suicídio. Vejam bem, somos o 8º país do mundo e o quarto na América Latina. Esse dado não nos interessa e, pior, Roraima não pode continuar nesse ranking maldito. Roraima não pode ser o 2º lugar no ranking brasileiro de casos de suicídio. Temos que reverter esses dados. Temos que passar para ouro ranking. O ranking do melhor país em educação, o melhor país em saúde, o melhor em qualidade de vida para os filhos da nação. O melhor Estado, desenvolver os índices. Esses índices nos interessam, mas o índice da morte não.

Precisamos estar juntos, precisamos conversar, falar sobre o assunto, precisamos ouvir esses especialistas, ouvir pessoas que tiveram, de certa maneira, um envolvimento para tentar entender, Deputada Lenir, e tentarmos juntos vencer esse mal. Precisamos colher essas informações para filtrá-las e encaminhar aos órgãos competentes para que nós possamos planejar juntos as ações que vamos desenvolver na semana de valorização da vida e combate ao suicídio, a semana que compreende o dia 10 de setembro como data celebrada pela organização mundial de saúde. A opinião de todos é importante nesse processo. Por isso, vamos protocolar um pedido para realização de audiência pública e chamar todos aqueles que desejarem participar dessa discussão para que possamos evidenciar cada vez mais a problemática, mais do que causar constrangimento, Deputado Gabriel, mais do que causar dor, temos que discutir o assunto para buscar alternativas, buscar saídas. Não poderemos fechar os olhos diante do convívio social.

Vale ressaltar, Senhoras e Senhores, que no ano passado a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado registrou 15 suicídios em nosso Estado, presume-se que em 2016 esses dados tenham aumentado consideravelmente. Então, não podemos esperar mais, não dá mais para protelar a discussão, é hora de conversar. É preciso, Senhoras e Senhores, falar sobre o suicídio, é preciso conhecer melhor as causas, é preciso buscar saídas. Muito obrigado.

O senhor Presidente **Jalser Renier** – Esta presidência agradece o tempo, apresentado pelo Deputado Evangelista e paço a palavra ao Deputado **Jânio Xingú**.

Lembrando que nós estamos ao vivo pelo canal 57.3 para todas as pessoas que estão nos assistindo neste momento. As sessões são ao vivo.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa falada, televisada, pessoas presentes assistindo a esta sessão.

Senhor Presidente, ontem eu me reuni nesta Casa com mais de 500 funcionários públicos do Estado de Roraima. Fizemos uma grande audiência, um grande evento, discutimos cinco temas e hoje, Senhor Presidente, através da reivindicação dessas entidades sindicais, da saúde, do quadro geral, da ADERR, do DETRAN, da UERR, enfim, todos os sindicatos estavam aqui ontem presentes, foi uma belíssima reunião e ficou decidido, Senhor Presidente, na reunião que vamos realizar nesta Casa, Deputado Gabriel, uma Audiência Pública para buscar um entendimento com esta Casa, visando defender os interesses dos mais de 15 mil pais de família. Eu lutei, fui atrás do auxílio-alimentação para a polícia civil, e obtivemos êxito, e conseguimos.

Fiz uma indicação para o governo do Estado para colocar o auxílio alimentação para os agentes penitenciários. A governadora entendeu, mandou o projeto para cá do qual eu fui o relator, aprovamos e também se materializou. Agora, o governo do Estado manda o orçamento na LDO uma previsão orçamentária para o exercício de 2017 e lá diz que o orçamento, do qual fui o relator no ano passado, executado este ano, ainda está em curso, é de três bilhões, duzentos e oitenta milhões, mas a previsão para o ano vindouro é de quinhentos milhões, duzentos e vinte e oito milhões, Deputado Odilon. Isso significa que houve um avanço de quase duzentos e cinquenta milhões de reais. Mas o governo nunca tem dinheiro. Falta dinheiro para tudo no governo e essa Audiência Pública, quero pedir o apoio de Vossa Excelência, Deputado Jalser Renier, que esta Audiência Pública vai transbordar de pessoas, ontem lotou que transbordou, mas nesta Audiência Pública vai dar mais de 2 mil pessoas porque eu estou à frente dela e vamos pedir desta Casa que coloque no orçamento do ano que vem auxílio-alimentação para todos os funcionários do Estado de Roraima, como é em São Paulo, no Pará, no Amazonas. Vamos fazer isso aqui antes que o governo acabe, porque o governo é como sorriso dentro de um copo com água, vai se dissolvendo. Antes que isso aconteça, vamos logo fazer essa previsão orçamentária.

Eu quero ser parte disso, estou lutando por isso há mais de um ano. Eu entrei com um projeto de lei nesta Casa tratando especificamente do mandato classista, o que é isso, Deputado Joaquim? Quando o Presidente de uma entidade sindical se elege, ele fica automaticamente afastado de suas funções, sem nenhuma perda salarial para cuidar das atividades do seu sindicato. Aprovamos por unanimidade aqui nesta Casa. A Senhora

Governadora vetou e queria pedir aos meus pares, ao Deputado Sampaio que foi um brilhante Deputado na gestão passada e que defendia e continua defendendo os movimentos sociais, que nos acompanhe para que possamos derrubar esse veto, que todos os meus colegas entendam que um líder sindical que é oprimido e que o seu chefe imediato muitas vezes fica dizendo “olha, se tu reunir tua entidade, eu vou te transferir, mas se tu continuar fazendo isso, eu fazer isso, fazer aquilo”. Esse projeto de lei é para assegurar a isenção desse líder para que ele possa realmente defender as sua entidade com isenção, com segurança, logicamente respeitando o governo, mas também sendo respeitado.

Concedo um aparte ao Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Xingú, quero parabenizá-lo nesta manhã porque eu entendo que isso não traz um custo para o governo. Eu acho que isso dá segurança aos trabalhadores. Vossa Excelência, num momento de lucidez extrema para com os servidores do nosso Estado, está protegendo os nossos servidores. quero antecipar o meu apoio a Vossa Excelência, pois a gente entende que o país está vivendo um momento difícil, mas inexplicavelmente tem chegado aqui nesta Casa toda hora pedido de aumento de receita do Estado. Então, já quero deixar claro que qualquer aumento de vencimento aos trabalhadores, o meu voto é favorável nesta Casa, todos vencimentos, atualização, trabalhadores da educação, saúde, eu vou votar favorável, porque estou vendo momento de arrecadação que o Estado já perdeu mais de 20 só este mês, é necessário que o trabalhador tenha sua cota de participação nesse recurso. Quero parabenizá-lo mais uma vez e dizer que estou com você nessa luta com os trabalhadores do Estado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua - Obrigado, Deputado George Melo, pelo seu aparte.

Gostaria de deixar claro para meus Pares, que isso é uma luta que enobrece, é uma luta justa, é uma luta para fazer justiça. Imagine, não se pode dar algo a alguém em detrimento de outro, não se pode dar auxílio pra um e para outros não, tem que dar para todos. Aí a palavra é: o governo não tem dinheiro. Se você fizer um levantamento sério no planejamento, e isso vai custar para o Estado em torno de 60 milhões/anos, e o processo para trocar lâmpadas e passar cal em muro, são 60 milhões na educação, e o pior, é que o dinheiro vai todo para Manaus, aqui em Roraima é o inverso, os pobres têm que ser ajudado por quem tem, é um estado pobre trabalhando para um estado rico, o Estado do Amazonas tem o segundo maior parque industrial deste país, só perde para São Paulo, e Roraima fica mandando dinheiro para Manaus. Eu quero ver vocês cada vez melhores, vai pra lá, e nós aqui cada vez mais pobres. Esse dinheiro que vai para o auxílio dos funcionários, vai pegar seu cartão e vai no supermercado e no momento que ele faz a sua compra os 17% de ICMS já voltam para o tesouro do Estado, aí fomenta a economia. O dono do supermercado vai dar mais um emprego para um funcionário, esse funcionário vai sustentar sua família, aí a economia gira no estado que faz o bem para todos nós. Então, não tem justificativa dizer que não tem dinheiro, o dinheiro existe, o que não existe são as prioridades. Mas, nós vamos conseguir isso, e eu queria pedir ao Presidente, que no orçamento deste ano, que vai ser executado no ano que vem, que pudéssemos colocar uma previsão garantindo auxílio-alimentação pra todos os funcionários do Estado de Roraima. Nessa Audiência Pública, Senhor Presidente, o senhor vai ver quantas pessoas vão estar aqui, vai lotar, aí a prerrogativa de colocar no orçamento é nossa, quero ver quem realmente está contra os funcionários públicos do estado, para eu colocar em 50 outdoors na cidade o nome dessa pessoa, o nome e o endereço, vão lá. Na hora de pedir voto todo mundo é bonzinho, mas na hora de defender a maioria tem medo. Eu não tenho, nunca tive, nunca serei um Deputado aqui que não justifica os votos, jamais serei.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Vossa Excelência, sempre, foi um defensor dos movimentos sociais, movimentos dos sindicatos, fazendo esta palestra sobre o problema do veto, quero fazer um apelo para à Presidência da Casa diz respeito a um documento apresentado a todos Deputados sobre um problema da PEC 199, que tramita na Câmara dos Deputados, para que Assembleia crie uma Comissão presidida pelo nobre Deputado Evangelista que é do PT, para que busque entendimento na Câmara dos Deputados, junto com a bancada do PT do nosso Estado, visando encontrar uma solução de agilizar esse problema que é de interesse dar 10 mil famílias do nosso. Então, é meu apelo, aproveitando este seu discurso brilhante, para que inclusa em seu discurso.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua - Obrigado, Deputado Joaquim, pela seu aparte que é nobre, acho que merecidamente, o Presidente desta Casa não vai se opor. Estou sabendo agora que a Comissão já existe, e o que está precisando é que vá a Brasília e funcione, busque entendimento com os Deputados Federais e Senadores, para que esse feito venha realmente a ser concluído, que esta novela tenha realmente um final feliz. O Deputado Joaquim bateu na ferida, todos vocês são merecedores, será mais dinheiro para o Estado de Roraima, mais dinheiro na economia. Não podemos, pois, ficar fora desse feito. Deputado Jalsler Renier coloca este Poder à disposição,

coloca esses Deputados para irem a Brasília para fazerem lobby do bem, em prol daqueles que realmente precisam e que vão receber justiça, porque prestaram trabalho lá atrás, portanto, deverão ser reconhecidos agora. Meu muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Antes do Deputado Gabriel usar a Tribuna nesta manhã, gostaria de informar aos Senhores Deputados, sobre os manifestantes com relação aos seus direitos da PEC 199, que é um direito legítimo e certo do trabalhador. Na minha avaliação, os Senadores que dão apoio ao partido dos trabalhadores deveriam fazer jus exatamente ao que diz a sigla do partido, Partido dos Trabalhadores, e isso vem de encontro à sigla partidária, que, na contramão da história, cria obstáculos para um estado do extremo norte brasileiro, onde o enquadramento não se dá nem vai afetar a estrutura orçamentária do estado brasileiro. Pelo contrario, vai tirar muitos cidadãos da economia do contracheque, que ficam aí sem ter uma esperança de trabalho, tendo seu direito legítimo e certo garantido pela Constituição, mas não amparado por forças políticas inerentes na condição que estamos analisando. A Comissão que o Deputado Xingú falou, depois o Deputado Joaquim solicitou, é uma Comissão que já existe nesta Casa, esta Comissão tem como Presidente a Deputada Lenir; Relatora, Deputada Aurelina, e membros os Senhores Deputados George Melo e Chagas. Resolução nº 32/15 aprovada nesta Casa contempla também o Deputado Evangelista. Então, são cinco Deputados, o que nós precisamos é apoio da nossa bancada federal, dos Senadores interessados. Existem Senadores interessados nesta questão, outros que não demonstram interesses que a PEC 199 prevaleça. Não sei se por bandeira partidária, porque aqui temos que excluir o conceito público e o conceito partidário, nós não podemos de maneira nenhuma criar aqui condições, que sejam antagônicas a interesses da população, porque está acima dos interesses políticos. Então, precisamos deixar de lado tais interesses e fazer valer o anseio da sociedade roraimense, das pessoas que estão aqui. Eu, por diversas vezes, encontrei o Josias em gabinetes de Deputados Federais, gabinete do Senador, peregrinando pelos corredores da Câmara na intenção, no intuito de encontrar forças para poder juntar condições que transformem esse projeto em lei, que é um sonho de todos servidores. Deputada Lenir, Vossa Excelência, como Presidente da Comissão, já está escalada, também levar a membros, como Josias e outros, para que acompanhe a Comissão da Assembleia, que iniciará uma peregrinação. No encontro, agora, em Santarém, vamos discutir a questão do Arco Norte, deveríamos enviar quatro Deputados Estaduais, sobre a questão da ampliação da 210 que vai até Santarém, ligando o Estado de Roraima ao extremo norte brasileiro via terrestre. Na discussão, vai estar o Ministro do Transporte e outras autoridades, vamos pedir a participação do Parlamento Amazônico e UNALE, que são instituições que poderão nos ajudar com relação aos Deputados Estaduais ligados a esses Deputados Federais, porque não existem Deputados Federais eleitos sem o apoio de um Deputado Estadual. A UNALE é um exemplo disso. Então, Vossa Excelência está autorizada, por mim e pela Mesa Diretora da Assembleia, ir com a comissão a Brasília o mais rapidamente possível para que a gente comece a buscar os meios certos para conduzir os trabalhos. A Deputada Federal Maria Helena se prontificou a trabalhar, inclusive avocou a responsabilidade para Assembleia Legislativa, na conversas que tivemos ela informou que já avançou, existe um interesse de toda bancada federal. Isso já nos conforta, embora existam algumas contradições com relação à bancada dos senadores, mas precisamos evoluir com a intenção daqueles que querem ajudar tentando estancar aqueles que não têm interesses na análise e votação de PEC. Então, Deputada, quero que Vossa Excelência, faça o mais rápido possível, e logo após o término da Sessão se reúna com os membros da comissão e marque o dia e hora para irem a Brasília para que essas pessoas saibam o que Assembleia Legislativa está fazendo.

Com a palavra o Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, servidores desta Casa, imprensa e os ex-policiais que estão lutando pelos seus interesses, quero me juntar com Deputados Xingú e Sampaio nesse pedido para que o Congresso Nacional, Poder Central do país aprove essa PEC de forma que esses servidores sejam enquadrados na união.

Senhor Presidente, a minha intenção de usar a Tribuna nesta manhã é dar mais um alerta ao trânsito de boa Vista. Depois da construção dessa ciclovia, os acidentes aumentaram, principalmente com danos materiais. Não sou contra a ciclovia, a ciclovia é viável, boa. Eu sou contra os blocos de concretos colocados na rua. Eu dirijo há 30 anos neste estado, sofri um acidente, estourei os pneus, estragou a suspensão, já tive oportunidade de ver cinco acidentes como o meu; dois na Ville Roy, um na Via das Flores e outro perto da escola técnica. Gostaria que os órgãos de controle convocassem o DENATRAN para que regularize, corrija, pois aqueles blocos estão muito altos, têm uns 20 centímetros, são blocos de concretos, quando o automóvel bate, quando o pneu bate, ele avança para cima da rotatória. Nos outros estados, as faixas são mais pintadas, como tive a oportunidade

de ver. Que não pintassem, mas que colocassem aquelas tartaruguinhas que são mais altas um pouquinho para que ficassem em fileiras, pois os cantos desses blocos de concretos são cantos vivos, e a hora em que o pneu bate eles puxam para dentro e o estrago material é grande, pode se transformar daqui a uns dias, não sei quando, em ciclovias de acidentes, ciclovias da morte, porque quando o carro vai na velocidade de 60 a 70 quilômetros por hora, é inevitável o acidente, que não vá gerar danos. Isso é, Deputados, um dinheiro financiado pela Caixa Econômica, o custo nós é que pagaremos, a sociedade e, infelizmente, alguns pagarão com a própria vida, uma vez que é iminente a possibilidade de acidentes. Aqui na Glaycon de Paiva foi retirada uma pista, uma avenida que não é tão larga, mais estreita que a Ville Roy, da Terêncio Lima para lá fica o trânsito com duas pistas, e com isso juntaram as motos com os carros, tornando iminente o risco de acidentes constantes. Então, queria pedir às autoridades de trânsito, à prefeitura, que revejam esse problema que foi comigo na semana passada, na última sexta-feira, mas poderia ser com qualquer um de nós a qualquer momento. O meu assessor, Deputado Jalser, também sofreu um acidente com a moto, estourou os pneus, ele caiu. Então, isso pode acontecer com muita gente. Quero pedir aos colegas, aos nobres Pares que façam uma reflexão, peçam ao Poder executivo municipal para que reveja seus conceitos, quem foi o técnico, deputado, que elaborou esse projeto e induziu até a prefeita a fazer uma obra com tanta gravidade para que possa causar acidentes. Tenho certeza que não era vontade da prefeita fazer isso, mas ela foi induzida por algum projeto, por alguma pessoa que a induziu ao erro. Por que não colocaram aquelas redondas que havia nas rotatórias, que não causavam acidentes? Em relação a esses blocos, não desejo para ninguém que sofram acidentes, pois perde-se o domínio do volante, em carros mais baixos até a direção é arrancada. Então, a nossa preocupação é para que não haja vidas ceifadas daqui para frente, que seja revista, urgentemente, principalmente nessas vias de grandes fluxos, como Via das Flores, Glaycon de Paiva e aqui na Ville Roy. Então, a nossa preocupação é constante sobre esse assunto. Para encerrar, senhor Presidente, queria externar a minha solidariedade ao ex-Governador Neudo que foi transferido ontem aqui do Hospital Loty Íris para Pacaraima. Não entendemos o porquê. O sistema prisional em Boa Vista é competente sim para abordar a pessoa ou qualquer um de nós que for preso. Não sei o porquê de tanta maldade. Já está se tornando uma extrema perseguição à pessoa do ex-Governador Neudo campos que já tem quase 70 anos, é avô, pai, já foi governador deste estado, deputado federal e é querido por muitas famílias. Então, quero externar a minha solidariedade a ele.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim, Ruiz** – Deputado Gabriel, vou aproveitar novamente o seu discurso para fazer um apelo a Vossa Excelência junto com outros colegas, para que a gente possa incluir, na Comissão que vai a Brasília tratar do interesse da PEC nº 199. Sugiro colocar na Comissão o líder do Governo na Assembleia, para pegar o depoimento do presidente da Casa, segundo ele, fazemos um trabalho suprapartidário, que se tirem as vaidades, o lado ideológico. Coloquemos, então, na Comissão o líder do Governo na Casa, que vai representar todos os segmentos políticos que hoje estão aqui no Poder legislativo, tanto quem está no Legislativo, que faz oposição ao Governo, para provar à nossa bancada federal, que, independente de corrente ideológica na Casa, estamos aqui unidos na busca de solução para beneficiar mais de dez mil servidores prejudicados. Então, gostaria de fazer esse apelo a Vossa excelência e ao Presidente da Casa para que inclua na Comissão o nome do líder do Governo.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Solicito ao setor de taquigrafia que inclua o aparte do Joaquim Ruiz em meu pronunciamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Gabriel, primeiramente, louvo a preocupação que Vossa Excelência tem com nosso Estado, sempre usa esta Tribuna de forma a contribuir com os trabalhos desta Casa, também, no sentido de atender as demandas do nosso povo. Agradeço ao Deputado Joaquim pela referência feita ao meu nome. Será uma satisfação se o Presidente desta Casa, a Mesa Diretora me inserir nesta Comissão para que, em Brasília, possamos unir forças com os parlamentares federais para conseguir aí o tão sonhado enquadramento dos ex-servidores do nosso Estado que está tramitando naquela Casa há anos. De uma forma ou de outra encontram empecilho, mas temos que sobrepor todas as bandeiras políticas e, unidos, resolvermos essa situação de vez por todas. Entendo que além de ser direito desses servidores, é um dever e obrigação da União e dos políticos do estado trabalharem para esse enquadramento, sem contar com os recursos que serão inseridos no estado através dos salários e benefícios dessas pessoas que virão a aquecer a economia deste estado. Então, para mim é uma satisfação lutar por este povo, é para isso que somos eleitos, pretendendo trabalhar para o bem comum da sociedade. Deputado, também quero me unir a Vossa excelência no sentido de discorrer algumas considerações a respeito da transferência do ex-Governador Neudo Campos. Neste momento, eu não gostaria de entrar no mérito judicial da condenação, se é ou não culpado, eu gostaria como fiz semana passada, solicitar desta Casa acompanharmos

através da Comissão de Direitos Humanos, o cumprimento da pena do ex-Governador e cidadão brasileiro, Neudo Ribeiro Campos, principalmente em virtude de ter sido acometido de várias enfermidades, conforme temos um laudo médico que foi lido de Tribuna da Casa e é um documento público. O Governador está se recuperando de um pós-operatório na coluna, foi uma cirurgia muito agressiva. O Governador também sofre de câncer de pele, apresenta um quadro clínico de depressão. Este laudo foi emitido por profissionais do Hospital Geral do estado, também, solicitada pelo Ministério Público Federal uma equipe de profissionais da área médica, vinda de fora, que constatou esses problemas, mesmo assim o ex-Governador foi transferido para a carceragem da Polícia Federal no Município de Pacaraima. Para Vossa Excelência ter uma ideia, eu gostaria que a Mesa Diretora tomasse conhecimento, bem como todos os Deputados, em relação às informações que eu tive, sequer o ex-Governador pôde receber advogados, os advogados de sua causa. Então, nós acreditamos que uma decisão dessa natureza não é normal, e aí peço a esta Casa que, ao meu ver, estão infringindo aí os Direitos Humanos. Vossa Excelência sabe, que o deputado Chico Guerra que era o decano nesta Casa, que tem nosso respeito e nossa consideração, ele era o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, em virtude da substituição pelo Deputado Joaquim, conforme me disse o Presidente, que naturalmente, Vossa Excelência assumiria a Comissão de Direitos Humanos. Eu aprovei aqui, juntamente com os demais Deputados desta Casa, um requerimento com 16 assinaturas e voto unânime de todos, que a Comissão de Direitos Humanos acompanharia o cumprimento da pena. Então, se Vossa Excelência assume, como disse o Presidente, estou lhe pedindo que, ao ser aprovado esse requerimento, possamos acompanhar o cumprimento da pena, ir a Pacaraima, verificar as condições em que está preso o ex-Governador Neudo Campos, tendo em vista que esse Requerimento aprovado por unanimidade desta Casa Legislativa. Peço, também, de Vossa excelência, que possamos nos unir e ter esse assunto em pauta. Amanhã, provavelmente, estarei com a documentação necessária para fazer um pronunciamento, e digo, com respeito à independência e a harmonia dos poderes. Esse é um princípio constitucional, mas nós não podemos nos furtar, como disse, a deputada Lenir em um aparte ao meu pronunciamento: Nós não podemos nos furtar, nos acovardar e não emitir as nossas opiniões, desde que entendamos que sejam opiniões verdadeiras, que tenham base jurídica, que tenham substância para discussão. Portanto, é neste sentido que trago esse assunto para debatermos nesta Casa. Obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – Obrigado, Deputado. Só para finalizar, gostaria de fazer um pedido ao Senhor Deputado Jorge Everton, para que leve à Prefeita esse pedido. Ontem, Deputado Jorge, o acidente foi comigo, amanhã poderá ser com outra pessoa, pois esses blocos de concreto nas avenidas são muito perigosos. Obrigado!

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, funcionários, demais presentes, bom-dia. Senhor Presidente, o que me traz à Tribuna é falar sobre algumas indicações que estou fazendo ao Executivo, bem como compartilhar a felicidade, ao participar, na última terça-feira, da 39ª reunião da Comissão Especial formada por policiais e bombeiros militares que estão elaborando uma proposta de lei de reformulação do Estatuto dos Policiais e Bombeiros Militares, como também da consolidação de uma lei previdenciária, ambas são oriundas de uma articulação nossa junta à Chefe do Executivo, Suely Campos, que, por meio de indicação, atendeu nosso pleito e baixou um decreto nomeando esta Comissão que já está aí praticamente há 60 dias e com os trabalhos praticamente conclusos. Por isso, quero compartilhar do momento de felicidade, em especial, pelo ambiente democrático com que estão sendo elaboradas as proposições, inclusive, com links nas redes sociais para receber as contribuições dos policiais e bombeiros militares que estão na tropa no dia a dia, bem como a efetiva participação da Associação dos policiais e bombeiros militares com importante contribuição. Enfim, ficamos felizes com a forma democrática com que estão sendo elaboradas essas propostas, com certeza, só teremos a ganhar. Gostaria de registrar que logo, estarão chegando a esta Casa duas propostas: Lei Previdenciária para os militares do Estado, após dezesseis anos do ingresso dos primeiros policiais nos quadros do Estado, ainda não temos lei previdenciária. Temos o Estatuto, mas já está ultrapassado para a atual situação que vivemos no País, em especial, em Roraima. Então, há necessidade de ajustar o Estatuto. Gostaria também de compartilhar a felicidade de ter atendido, pela Governadora, um pedido meu e do Deputado Oleno Matos, para elaborar a convocação das etapas seguintes do concurso público para soldado da polícia militar, meu caro Chico Mozart. Foram convocados, na data de ontem, 103 soldados para fazer as etapas seguintes: a investigação social, o teste de aptidão física, o exame de saúde e etc. Então, logo, logo teremos aí uma turma na Academia de Polícia de, no mínimo, cem policiais ingressando na carreira inicial de soldado da polícia militar. Isso vem a aumentar e recuperar nosso efetivo, pois temos muitos policiais do ex-Território completando sua missão na polícia militar e estão indo para casa

para um merecido descanso e, desta forma, é necessário repor esses policiais. Então, em breve, teremos mais cem policiais, acredito, fazendo o curso de soldado. Na mesma linha, também, foram convocados a pedido meu, com o apoio do Deputado Evangelista, Deputado Oleno e outros Deputados, através da indicação encaminhada à Governadora, 25 alunos oficiais que já estão também na etapa de fazer os preparativos das fases seguintes. Ficamos felizes com essas boas notícias e fizemos questão de compartilhá-las com os senhores. Temos que saber agradecer quando o pleito é atendido. Mas, não podemos nos contentar, haja vista que ainda tem muito a ser feito. E é nesse sentido, que estou trazendo aqui uma indicação à senhora Governadora, já pedi à Comissão Especial do Estatuto que inclua esse texto na proposta de lei, orientando a polícia civil, agentes penitenciários e demais trabalhadores da segurança pública, que procurem inserir na sua legislação essa demanda, que seria uma verba em caráter indenizatória para o caso de policiais militares que precisarem de assessoria jurídica. Temos aqui, senhores e senhoras, muitos casos em que policiais, no exercício da função, atendem uma ocorrência que às vezes, foge do controle, e o policial tem que usar das técnicas policiais, tem que algemar, tem que prender o cidadão que está cometendo algum tipo de infração ou algum tipo de crime. Depois, esse cidadão abre um processo ou denuncia esse policial à corregedoria do Ministério Público, e esse policial tem que responder um processo. E aí, esse policial, a princípio, não pode recorrer à Defensoria Pública porque ele está acima do limite de renda que a Defensoria atende. Ele não pode recorrer à PROGE porque não é função da PROGE. E, aí, como fica esse policial, que no exercício da função, para defender um cidadão, é acusado ou responde a um processo na justiça? Esse processo pode tramitar anos e anos e o policial tem que bancar advogado para fazer a defesa dele. Com o fim do processo, comprova-se que o policial agiu dentro da lei, dentro da legalidade. Só que neste intervalo ele já se desfez de seus bens para bancar o advogado, teve que vender seu carro, fazer um consignado, vender sua casa. Quantos policiais nossos já não foram à júri popular ou qualquer outro tipo de ação e, no decorrer da ação, comprovou-se que o policial era inocente, mas, para ele contratar um criminalista para defendê-lo no júri, é muito caro, muito dinheiro e com seu salário pequeno, que mal dá para sustentar sua família, como é que ele faz? Seja polícia civil, militar ou bombeiro, ele começa a vender seus bens, seu patrimônio e depois que ele é inocentado, ele vai para casa feliz porque se salvou de perder o emprego, mas seu patrimônio. E, por isso, que estamos propondo que, em casos onde o policial seja considerado inocente, o governo arque com a despesa, o governo indenize o policial, ou melhor, o governo arque com antecedência com essas despesas de assessoria jurídica. Mas, se o governo arcar antecipadamente com as despesas de advogado e no final do processo ele seja considerado culpado, ele terá que ressarcir o estado pelas despesas referente ao processo. O estado também não pode arcar com as despesas de maus policiais. Qual a razão desta minha proposta, Deputado Izaías Maia? É porque a possibilidade de sofrer um processo e ter que arcar com os custos de sua defesa, está intimidando demais os nossos policiais e, com isso, eles estão deixando de agir firmemente quando saem para atender uma ocorrência, eles estão pensando duas vezes e, às vezes, até se omitem, por medo, que alguém possa estar filmado e suas atitudes serem consideradas erradas. Quantos casos já vimos sobre ações de policiais jogadas na internet para as pessoas fazerem a leitura e a interpretação que quiserem fazer? Eles editam o texto e dizem que o policial foi truculento. Isso sem mencionar as denúncias que são feitas à Corregedoria e ao Ministério Público e que são arquivadas. Então, o policial se sente intimidado em atender uma ocorrência, ainda mais agora, com a audiência de custódia. O policial, ao fazer um flagrante, aquele cidadão é apresentado à justiça em 24 horas e, segundo o rito do CNJ que orienta o magistrado a fazer a interrogação, a primeira pergunta que ele faz ao preso é se ele foi violentado ou torturado pelo policial. Se ele disser que sim o juiz já determina de imediato um procedimento contra aquele policial. E para fazer a defesa do policial, o juiz não aceita que ele se autodefenda, é exigido um advogado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Izaías Maia** – Deputado Sampaio, não conheço muito bem a hierarquia da polícia militar, talvez o senhor saiba me responder se existe um corpo jurídico da polícia militar ou do governo que poderia atender esses casos. Acredito que o governo e a polícia militar, existindo a possibilidade, usando a prerrogativa da presunção da inocência, poderiam dar apoio no sentido de evitar que o policial acabe com seu patrimônio para sua defesa, até porque o corpo jurídico do governo é cheio de advogados. Essa é minha opinião, acredito que o governo poderia dar apoio principalmente se o policial for inocente.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Deputado Izaías Maia, obrigado pelo aparte. É com essa preocupação que estamos sugerindo que as associações criem uma assessoria jurídica para isso, não há ainda. Existe uma assessoria jurídica para orientar o Comandante enquanto gestor, enquanto administrador, mas para fazer a defesa do policial, não há. A PROGE não defende porque não é papel dela, inclusive, estive com a PROGE

fazendo essa argumentação para a PROGE fazer a defesa do policial, quando eles disseram que não é o papel dela segundo os princípios constitucionais. Fui à Defensoria Pública, que também não sabe porque o salário do policial está acima do valor estabelecido para se ter acesso à assessoria jurídica de Defensor Público. Então, o policial não tem a quem recorrer, não tem caminho. É nesse sentido que quero propor que dentro das instituições haja um corpo técnico jurídico para fazer a defesa desse policial, deixando bem claro, que aquele policial que agiu dentro da legalidade, que se comportou como deveria, fez seu trabalho de maneira legal estará amparado, mas, aquele policial que se excedeu terá que indenizar o Estado pelo atendimento jurídico. É nessa linha que estamos propondo ou dentro do estatuto ou uma lei específica criando esta assessoria jurídica para as instituições de policiais militares civis e dos bombeiros militares.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Parabéns pela iniciativa, Deputado Sampaio, muito louvável, principalmente, por estender a todos os policiais, sejam civis, militares, realmente é necessário, mas precisamos fazer algo onde não haja a hierarquia do comando com esse quadro jurídico. Porque muitas das vezes esses mesmos policiais responderão procedimentos administrativos e, aí, a instituição é quem vai comandar isso, e se houver uma hierarquia nesta estrutura jurídica coloca em risco a situação de defesa desse policial. Então, vamos refletir neste sentido para que não haja essa hierarquia, esse comando, seja da polícia civil ou militar em cima desse corpo jurídico para que possa haver ali liberdade de atuação ou, se for o caso, uma verba indenizatória para que esse policial contrate seu próprio advogado, conforme a necessidade de cada um. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Isso vem ocorrendo em outros estados, em Goiás já existe uma verba de caráter indenizatório para que o policial faça sua defesa jurídica tanto no âmbito administrativo quanto no âmbito judicial. Com essa independência e autonomia para escolher seu defensor, inclusive, tendo como parâmetro a tabela da OAB. A OAB tem uma tabela que orienta seus profissionais a receber um determinado valor X por cada tipo de ação. A deputada Lenir deve conhecer isso muito melhor que eu. Então, é nesse sentido que estamos propondo, inclusive com autonomia de retirar essa dependência hierárquica com relação ao comando, porque muitas vezes o policial tem que se defender do próprio comando.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Sampaio, inicialmente gostaria de louvar o pronunciamento de vossa excelência e, mais ainda, louvar a atitude de vossa excelência quando, por muitas vezes, inclusive quero me remeter ao seu primeiro mandato, quando trabalhou aqui em prol dos policiais militares, civis, enfim, das categorias de profissionais que compõem os quadros do nosso Estado. Gostaria de dizer a vossa excelência que, apesar de não estar totalmente ligado a essas demandas, vossa excelência sempre me convida para participar e, por vezes, faço parte das reuniões dessas Comissões, tenho visto o entusiasmo, a luta, a coragem e, muitas vezes, neste nosso Governo aqui se coloca à disposição de estar próximo ao governo trabalhando e apoiando simplesmente para que vossa excelência seja ouvido no que diz respeito a estas categorias organizadas. Então, está de parabéns a segurança pública do estado quando tem como representante aqui na Assembleia Legislativa, claro, além dos demais, pois tem o Deputado Jorge Everton e o Deputado Coronel Chagas que representam a segurança pública. Vossa excelência é da base do Governo, e em dois mandatos estamos juntos e coesos em prol dessas lutas e vossa excelência tem se destacado. Louvo sua atitude e coragem e espero que mais essa demanda seja alcançada com seu trabalho e determinação, obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, Deputado Brito, pelo seu apoio nos pleitos que foram encaminhados para convocação dos novos cem policiais que irão ingressar como soldados e os vinte e cinco oficiais. Em tudo isso sabemos que teve o apoio de Vossa Excelência convencendo os interessados sobre a importância de implementar esta legislação junto aos policiais e bombeiros, a própria e a governadora foi convencida com o apoio de Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Mesmo com a crise que estamos passando, eu conheço mais de dez militares da polícia que têm curso superior na área de advocacia, é possível Vossa Excelência que seja feita uma alteração na estrutura da corporação que não crie ônus para o estado, negociando com a governadora, para que aproveite as pessoas que são advogadas na corporação, criando 2, 3 cargos na área do direito. É uma lei que seria aprovada rapidamente aqui e criaria esse núcleo para fazer a defesa dos policiais militares, que é uma defesa muito justa. Não é possível que os policiais que cuidam da nossa segurança, que ganham 3, 4 mil reais vão ter que pagar advogado para fazer a sua defesa. É uma questão de sugestão, aproveitando a mão de obra qualificada que tem a polícia militar.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Pela legislação estadual é possível, mas a gente se confronta com a Ordem dos Advogados que têm suas prerrogativas, mas acho que não é possível, o estatuto da Ordem não permite.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, acho que realmente é uma questão que precisa ser corrigida para fazer justiça aos servidores, não pode que um agente do estado, seja qual for a carreira, em defesa do estado, da coletividade, seja processado e tenha que arcar com as despesas de advogado. Tem estado que criou um auxílio para arcar com esse tipo de despesas, o policial, no compromisso do seu dever, prendeu alguém e se viu processado por um eventual o cidadão que foi preso e achou que houve abuso de autoridade ou que se excedeu nos meios que dispunha para conter a agressão, se vê processado. Ele vai se habilitar para receber auxílio e fazer frente a essa despesa até um valor X, em alguns estados tem essa previsão legal. Eu acho que a Assembleia num esforço conjunto, tendo em vista a importância do trabalho do policial, a relevância para a sociedade, há necessidade de nos juntarmos e fazermos uma indicação ao governo, já com o texto desta proposta de legislação para que o Executivo encaminhe para cá, já que a competência é do Executivo, ou preparamos uma PEC, aí teremos competência para alterar a Constituição. Conte comigo e tenho certeza com os demais colegas desta Casa para que possamos dar essa segurança àqueles que diariamente colocam em risco a sua vida em defesa do cidadão.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, Deputado, não poderia ser diferente pelo seu compromisso com a nossa instituição e com a segurança pública, já imaginava que poderia contar com o apoio de Vossa Excelência nesse entendimento junto ao Executivo de irmos construir uma saída que poderá ser através do estatuto, já propomos que nesta nova formulação venha contemplado ou podemos fazer uma indicação, pegar como exemplo a legislação de Goiás, Maranhão e outros estados neste sentido. Ficamos felizes pela receptividade dos colegas em abraçar esta causa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Só para me juntar a Vossa Excelência por ter trazido a esta Tribuna este assunto tão importante e desde quando Vossa Excelência assumiu vem lutando pela categoria. Conte comigo também, vamos fazer um trabalho para trazer melhorias à categoria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, Deputado. Estou trazendo outra indicação junto ao governo do estado, pedindo que o governo conceda reposição salarial de acordo com dispositivo da LDO. Nós aprovamos na LDO uma reposição salarial, mas até o presente momento o Executivo não fez a reposição aos servidores do Executivo. Tenho acompanhado esta discussão junto à SEGAD, SEPLAN, e tenho um posicionamento claro: que o governo conceda reposição salarial assim como os demais Poderes concederam aos seus servidores. Fiz um breve histórico e constatei que a inflação de 2010 até 2015 chegou a 41% e a reposição salarial concedida aos servidores de 2010 foi de 4,5%, enquanto a inflação foi de 5%; em 2011 foi de 4,5%, enquanto a inflação foi de 6,5%; aos servidores em 2012 foi de 4,5 %, enquanto a inflação foi de 5,8%; aos servidores em 2013 foi de 4,5%, enquanto a inflação foi de 5,91%; aos servidores em 2014 foi de 5%, enquanto a inflação foi de 6,4%; aos servidores em 2015 foi de 4,5%, enquanto a inflação foi de 10%; e a inflação de 2015/2016 esta chegando em 9%, mas até o presente momento o governo ainda não fez a reposição salarial. Quero pedir à base do governo e à governadora que faça a reposição salarial que é um direito constitucional e há previsão no orçamento para isso, obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais oradores, vamos evoluir para a Ordem do Dia. Existe o Requerimento nº 039/16, solicitando prorrogação do prazo da Comissão Especial Externa, criada pela Resolução nº 049/15, composta pelos Deputados Marcelo Cabral, Presidente; Brito Bezerra, vice-Presidente; Angela A. Portella, Relatora; Soldado Sampaio e Zé Galeto, membros, criada para apreciação e arguição do Senhor Vicente de Paula Vasconcelos Barreto, indicado para exercer o cargo de Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima-ADEER. Eu vou acatar o pedido de prorrogação de prazo do Deputado Marcelo.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, esta sabatina já está marcada para amanhã às 15h.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Fica prorrogado o prazo e pautado o nome do Senhor Vicente de Paula Vasconcelos Barreto para a próxima quinta-feira.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 005/16 que “aprova o nome do Senhor Wanderlan Oliveira do Nascimento para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR, nos termos do artigo 33, incisos 18 e 31 da Constituição do Estado de Roraima. Em discussão a matéria. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, a matéria segue para a votação.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, pelo Regimento Interno, artigo 192 com o 224, gostaria de pedir adiamento de votação do nome do Senhor Wanderlan Oliveira do Nascimento para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da Junta Comercial do

Estado de Roraima – JUCERR.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Brito, conforme havíamos apresentado em plenário na terça-feira da semana passada, eu me lembro muito bem, que nós combinamos e eu coloquei em discussão a matéria para que a Assembleia se manifestasse, eu pautei o nome dos Senhores sabatinados para a Sessão de hoje. Lembro-me que naquele momento Vossa Excelência pediu adiamento de discussão e votação obedecendo os prazos regimentais e eu combinei com os Senhores Deputados para que os nomes dos sabatinados fossem argüidos, não houve adiamento de discussão tampouco de votação para o Senhor Presidente do DETRAN, mesmo ainda assim colocamos a discussão para ser argüido e apreciada pelos Senhores Deputados. Como é uma decisão monocrática minha em atender o vosso pedido ou não, eu vou submeter a avaliação ao plenário para que possa decidir sobre o seu pedido de adiamento de votação, conforme preceitua o artigo 224 do Regimento Interno da Assembleia. Gostaria de requerer à consultoria legislativa desta Casa que me trouxesse a folha de votação, que imagino ter controversas, para que possamos fazer a chamada nominal dos Senhores Deputados. Vou colocar em votação o pedido de adiamento de votação da matéria apresentada pelo Deputado Brito sobre a arguição do nome do Senhor Wanderlan Oliveira do Nascimento para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR. Algum Deputado deseja fazer a contradita?

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, tendo em vista que alguém possa se contrapor, gostaria que Vossa Excelência colocasse a votação de forma simbólica para que possamos evoluir para as demais matérias.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Brito, como eu já havia dito ao Senhor, entendo eu, que há controversas, se for por unanimidade dos Senhores Deputados esta Presidência não vai se opor, mas no meu entendimento, conforme conversas com alguns parlamentares, entendo que Vossa Excelência será contraditado. Os Deputados que concordam com o pedido de adiamento de votação do Deputado Brito, votem sim; os Deputados que discordam votem não. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a chamada para a votação.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, para orientar o nosso bloco a votar sim, pelo adiamento da votação.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, para orientar o nosso bloco a votar não.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** procede à chamada.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Vamos evoluir, coloco em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 005/16.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, o Senhor Vanderlan de Oliveira Nascimento é um empresário renomado neste Estado. Um jovem empresário que assumiu a junta comercial com um propósito único de desburocratizar a abertura e o fechamento de empresas. Para Vossa Excelência ter uma ideia, o empresário, para abrir uma empresa aqui neste Estado, leva em torno de 90 dias. Para fechar uma empresa é mais difícil ainda, são 180 dias. E enquanto isso, muitas vezes, o empresário com problemas financeiros não consegue fechar a empresa fica pagando, inserindo tributos. Ele conseguiu uma parceria com a Prefeitura Municipal de Boa Vista, um termo de cooperação assinado pela prefeita Teresa Surita, entendendo a grandiosidade desse projeto para que se possa unificar dados de prefeituras municipais de todos os interiores. E, agora, também com a prefeitura de Boa Vista para, de maneira rápida, célere, conseguirmos abrir empresas e fechar empresas. Ele conseguiu junto com SEBRAE Nacional trazer para cá e será, na próxima quinta-feira, um grande evento, onde vai ser lançado esse projeto, que já está funcionando. Um projeto-piloto, que deu certo, e agora vai acontecer o lançamento oficial em nível de Brasil. Portanto, é um gestor, eu digo para Vossa Excelência, é um dos melhores gestores que o Estado tem. Não aprovando, nós vamos perder um grande gestor. E eu gostaria que os nobres colegas, em especial, aqueles que aprovaram por unanimidade na comissão em que foi argüido o senhor Vanderlan, que tivessem esse entendimento e votássemos por essa desburocratização, pelo grande trabalho que tem feito o gestor Vanderlan. Que deixássemos de lado as bandeiras político-partidárias, o momento que é tenso e votássemos para que possamos avançar e atender a classe empresarial deste estado que vem sofrendo há anos com esse grande problema.

Então, eu peço aos nobres pares que se desprendam dessa questão política e ajudem a aprovar o nome do Vanderlan. Eu tenho certeza absoluta que todos, num rápido momento, terão os efeitos desse grandioso trabalho que o Vanderlan, presidente, em exercício, da Junta Comercial está desenvolvendo e coloco aqui à disposição dos empresários. Enfim, se ele estiver presidindo lá, certamente, nós colheremos ainda mais os bons frutos. Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Eu quero dizer aos Senhores Deputados, antes de colocar a matéria em votação, que por parte desta presidência e da Mesa Diretora da Assembleia não há aqui nenhuma retaliação deste Poder com relação a qualquer nome, a qualquer sabatinado, muito menos qualquer posição ideologicamente defendida pelo Governo. O que existe na Assembleia é o contraditório que, democraticamente, tem que ser uma bandeira respeitada pelo exercício pleno pelo estado de direito também da democracia. Por essa razão é que não existe por parte desta presidência nenhum ato descompensatório que venha criar constrangimentos políticos com o Governo, tampouco com qualquer instituição. Esta Casa tem se manifestado por essa razão, em relação a todos os requerimentos que tenham sido acatados por mim, de maneira monocrática, eu sempre vou agir com bom senso ao usar o plenário, na medida em que nós achamos que existem conflitos de posições e de opiniões. Quando houver unanimidade, nós sempre iremos fazer as votações simbólicas.

Coloco em votando. Votando “sim” os Senhores aprovam o nome do sabatinado, votando “não” rejeitam. Lembrando aos Senhores Deputados que quem já foi sabatinado pela comissão e arguido em plenário terá que ter 13 votos favoráveis para que ele continue à frente da JUCERR. Em discussão a matéria.

Eu quero liberar o painel para a votação neste momento para que os Deputados possam votar. A votação será secreta. Votando sim os Deputados apoiam o nome do Senhor Presidente da Junta Comercial; votando não rejeitam.

Dou por rejeitada a matéria por 9 votos sim e 15 votos não. A partir deste momento será comunicado à senhora Governadora.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/16.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu queria invocar, se não me falha a memória, o artigo 238 para adiamento de votação dessa matéria. Até por ele ser um advogado, uma pessoa competente, mas ele não é político, é um técnico.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Embora a matéria ainda não esteja em votação, Deputado Chicão, o artigo é 224 e não 238. O 238 é o artigo que adia a discussão da matéria, eu vou evoluir, quando chegar na votação eu vou anunciar o requerimento de Vossa Excelência e vou seguir o mesmo rito que segui da Junta Comercial. Vou colocar para o plenário decidir.

Em discussão a matéria.

Em votação. Vamos obedecer o que estabelece o artigo 224, já anunciado verbalmente pelo Deputado Chicão. Vou ouvir o plenário. Os Deputados que concordarem com o adiamento de votação anunciado pelo Deputado Chicão da Silveira, votem sim. E os Deputados que não concordarem votem não.

Em discussão o Requerimento verbal do Deputado Chicão. Não havendo quem queira discutir, prosseguiremos para a votação. A votação será nominal, pois imagino que haverá controvérsias, por essa razão vamos seguir o mesmo rito.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu peço aos colegas que a gente vote pelo adiamento da votação.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Eu consulto o plenário, se faço a votação de maneira nominal ou simbólica.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, nós orientamos também pelo adiamento. Peço de Vossa Excelência, junto com o Deputado Chicão, pelo artigo 224, o adiamento de votação.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência fizesse a votação nominalmente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – A votação será nominal.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a chamada nominal dos Deputados para a votação. Votando sim, os Deputados adiarão a votação, e votando não os Deputados rejeitam o requerimento.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** procede à chamada nominal dos Deputados.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** pede Justificativa de voto – Eu acho que o nosso trabalho tem que ter celeridade porque o problema do DETRAN se arrasta há muito tempo, mas eu concordo com o adiamento.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** pede Justificativa de voto – Eu vou acompanhar o Deputado George Melo, mas há um ano que a gente não vota nada nesta Casa e quando vem a plenário ainda tem essas coisas que a gente não consegue entender. Eu voto sim.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Justificativa de voto – Senhor Presidente, eu não gosto de abstenção, mas pra mim tanto faz votar hoje como amanhã, portanto eu me abstenho da votação.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, 22 votos sim, nenhum voto não e uma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Vamos Adiar a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/16. E comunico aos Senhores Deputados que esta sessão será adiada para a próxima quinta-feira. Estamos dando dois dias para o adiamento de votação. E já está pautada para quinta-feira sem pedido de adiamento de discussão e de votação.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça à leitura da Mensagem Governamental nº 040/16, de veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 009/15, de autoria do Deputado Jânio Xingu, que “altera o caput do artigo 86 da Lei Complementar nº 053, de 31/12/01 e assegura ao servidor o direito à licença com remuneração para desempenho de mandado classista”, de autoria governamental.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Lida a Mensagem Governamental nº 40/16, de veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 009/15.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Senhor Presidente, este projeto é de minha autoria. Então a assessoria da Governadora deve ter orientado mal ela e ela vetou. Ela prejudicou mais de 20 sindicatos que ontem estiveram reunidos aqui. Neste momento, eu acho que se o líder do Governo tiver bom senso é melhor votar para derrubar o veto do que deixar 24 sindicatos contra o governo, que é o que vai acontecer. O Deputado Sampaio já havia declarado que vai votar para derrubar o veto, mas sei se ele vai votar contra. Nós precisamos de 13 votos e quero contar com a nossa bancada para que nós possamos derrubar o veto. Senão na audiência pública nós vamos ser vaiados se não derrubarmos o veto, pois os presidentes dos sindicatos vão estar todos nessa audiência.

O Senhor Deputado **George Melo** – Eu quero pedir à bancada que vote pela derrubada do veto, entendendo que o Deputado Xingu tem razão quando se manifesta favorável aos servidores.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Informo aos Senhores Deputados que, como se trata de veto governamental, os Deputados devem votar “não” para derrubar o veto, e “sim” para acatar o veto. Para derrubar o veto nós precisamos de 13 votos. Liberado o painel para a votação.

Dou por aprovada Mensagem Governamental nº 040, de veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 009/15, por 18 votos favoráveis, 06 votos contrários e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 038/16

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Lido o Requerimento nº 038/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça à leitura do Requerimento nº 039/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Coronel Chagas** – Lido o Requerimento nº 039/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento nº 039/16. Em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia desta Sessão, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, eu gostaria de usar este expediente para parabenizar os servidores pela o Dia dos Vigilantes. Aqui em nosso estado nós temos empresas aprovadas que têm em seus quadros algo em torno de 2 mil vigilantes que nunca são lembrados. E por conta disso não são homenageados. Então eu gostaria de homenagear esses bravos profissionais que, muitas vezes, salvam vidas e amparam a sociedade em geral, fazendo um trabalho de segurança que é em demasia louvável. Portanto, eu gostaria de parabenizar todos os vigilantes de nosso estado em conjunto com os seus familiares.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, eu queria convocar a comissão de sabatina da ADERR para amanhã, às 15 horas, no plenário para sabatar o presidente daquela autarquia.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Acatado o pedido de Vossa Excelência.

Não havendo quem queira utilizar os microfones de Explicações Pessoais, convido os Senhores Deputados para um encontro com todos os Deputados na sala da presidência, logo após o término desta sessão. E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 22 de junho, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Águda Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista**

Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.

Ata Sucinta Aprovada em: 22/06/2016

**ATA DA 2515ª SESSÃO, EM 23 DE JUNHO DE 2016.
51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e três de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima décima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Convido à Senhora Deputada Lenir Rodrigues para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Ofício nº 1100, de 20/06/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta à Indicação nº 154/2016, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio e Brito Bezerra, encaminha cópia do OFÍCIO Nº 704/2016/GAB ADJ./SEAPA.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 20/06/16, do Deputado Chicão da Silveira, encaminhando à Secretaria de Estado da Infraestrutura, para a recuperação de 03 pontes de madeira localizadas entre os km 08 e 09, na Vicinal 10, Município de São Luiz, região sul do Estado.

Memorando nº 060, de 22/06/16, do Deputado Marcelo Cabral, informando sua ausência na sessão plenária do dia 23 de junho do corrente ano.

Memorando nº 014/16, de 23/06/16 do Deputado Brito Bezerra, solicitando a restituição ao Executivo Estadual, para reanálise da Mensagem Governamental nº 06/16 que veta totalmente o Projeto de Lei nº 009/16.

DIVERSOS:

Ofício nº 021, de 05/02/16, do Senado Federal, Liderança do PMB – Partido da Mulher Brasileira, encaminhando solicitação de participação nacional – Objeto da CARTA DE BRASÍLIA, resultado da “Campanha Mais Mulheres na Política”. Ofício nº 1188 de 21/06/2016, da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINF, encaminhando informações prestadas em relação às Indicações n.º 080/16, 098/16, 110/16 e 111/16, de autoria do Deputado Chicão da Silveira. Carta s/nº de 30/03/2016, da Associação Comercial do Distrito Federal – ACDF, encaminhando exemplar da Revista ACDF em Ação – edição nº 10.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente há um orador inscrito para o Grande Expediente, o Senhor Deputado Izaías Maia.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Bom dia Senhor Presidente, demais parlamentares e público aqui presente. Preste atenção nessas informações! Eu já venho denunciando há muito tempo, não só aqui como também na imprensa, que donos de apartamentos do Residencial Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite, estão alugando ou vendendo os imóveis para venezuelanos. Moradores denunciam que os venezuelanos já ocupam

boa parte dos imóveis concedidos aos brasileiros através do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal. A Caixa Econômica afirma que qualquer tipo de comercialização das unidades habitacionais é considerada ilegal. Se você visitar o Cidade Jardim e ficar observando, verá que os hermanos queridos estão tomando conta da área, comprando por 15, 20 mil. A indústria dos apartamentos e das casas onde pessoas que não têm direito recebem e as que têm direito e documentação não recebem e agora virou comércio internacional. O que estou citando é matéria do jornal Folha de Boa Vista. E gostaria de pedir, não só a esta Casa, mas vamos ver os trâmites legais jurídicos, para pedirmos ao Ministério Público que investigue essa situação, porque é ilegal, é imoral e alguma coisa está acontecendo, pois de forma irregular pessoas estão conseguindo as casas e não se sabe como. Enquanto umas pessoas têm a documentação e a necessidade, até com filhos especiais, outras pessoas sem necessidade ganham as casas, pessoas que têm bom emprego, vilas alugadas, grandes comércios e muitas pessoas que estão fora do padrão exigido pela própria justiça. Que diabo é isso que ninguém consegue investigar? Nem federal, nem civil, nem militar, nem guarda municipal e o tempo vai passando. Gostaria também de apelar à Comissão dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança e do Adolescente, composta pelos eminentes Deputados Angela Portella, Odilon Filho, Lenir Rodrigues e Masamy Eda para que investiguem esta situação e, posteriormente, possamos pedir apoio do Ministério Público Federal, porque, segundo as pessoas, estão sendo desviados. E eu gostaria de pedir a esta Comissão, ao Ministério Público Federal, e com base nos trâmites legais desta Casa, porque eu me oriento com os mais antigos, para que uma solução seja tomada, porque esse programa virou a casa da mãe Joana. Segundo informações da própria Caixa Econômica, eu perguntei de uma autoridade: Não dá para investigar? Izaías a nossa parte é pegar a documentação e encaminhar para o governo e prefeitura. Então, vamos investigar o governo e a prefeitura e ver as denúncias de pessoas que não têm direito e ganham e pessoas que têm direitos e não ganham. Gostaria de fazer esse apelo à Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança e do Adolescente, de Ação Social para investigar e pedir ajuda do Ministério Público Federal, porque a verba é federal. E não é novidade desvios de verbas federais em todo o Brasil. Os esquemas, os gabaritos aí levando tudo, enquanto o povo fica sofrendo e não tem para onde correr. E essa denúncia já vem de muito tempo. É comum você ver uma casa humilde no Pérola para nada. No outro dia, começam as obras e em três meses tem uma mansão. Se você analisar o muro que é feito vai quase 100 mil reais. Então, como é esse negócio? O cara necessitado está desempregado para pagar um valor pequeno para poder ter um teto. Algumas são pessoas estão sendo usadas, manipuladas por quem tem recursos, utilizadas como laranja. E depois, está terminada a obra. O esquema da bandidagem é: vá embora, isso aqui não é seu, já lhe paguei e cale a boca, se conversar muito vai apanhar ou vai morrer”. É desse jeito. Então, o Ministério Público Federal, a Comissão dos Direitos da Mulher e da Família também têm que investigar. É um pedido que eu faço em nome das pessoas que precisam de um teto e que estão sendo enganadas.

Com relação à Segurança Pública, não está brincadeira. Um pequeno documentário que eu vou ler: Ocorrência a partir das 18 horas do dia 22 de junho de 2016; às 19:30, na rua Peixemorto, Santa Teresa, o solicitante se deparou com sua residência arrombada e furtaram sua televisão. Às 20:43, na Avenida São Paulo, Bairro dos Estados, houve um assalto com emprego de arma de fogo. Dois indivíduos, numa moto titan vermelha, abordaram uma aluna na escola Hidelbrando e roubaram o celular da mesma. Às 21:09, rua Marieta de Melo Marques, no Bairro Sílvio Leite, dois indivíduos armados, numa motocicleta Bross, abordaram um senhor e roubaram uma motocicleta Bross, vermelha. Por estar nervoso, não soube informar a placa. Às 21:21, na rua Felipe Xaud, Buritit, houve um assalto com o emprego de arma de fogo, dois indivíduos numa moto Titan azul, roubaram o celular de um senhor. Às 21:48, na rua Estrela do Sul, Raiar do Sol, houve um assalto com emprego de arma de fogo, dois indivíduos a pé, roubaram a motocicleta Landen preta Placa NAP0503 de um senhor. Às 22:08, na rua Estrela Cadente, Aracelis, dois indivíduos em uma moto Titan preta, armados com arma branca roubaram o celular de um senhor. Às 22:22, na rua Ercildo de Sousa Pinto, São Bento, dois indivíduos, numa moto escura, roubaram a bolsa de uma senhora contendo documentos, cartão de crédito e dinheiro. Às 10:55 da noite, na Avenida Santo Antônio, bairro Equatorial, um assalto com o emprego de arma de fogo, três indivíduos num veículo Celta, cor preta, invadiram uma residência, roubaram dois celulares, uma televisão e dinheiro. Às 11:11 da noite, na Avenida Santo Antônio, Bairro Equatorial, dois indivíduos armados de faca, roubaram uma bicicleta de um senhor. Às 11:26, na rua Piaba, Santa Tereza, houve um assalto com emprego de arma de fogo, dois indivíduos a pé, roubaram o celular de um senhor. Na sequência, hoje aos 29 minutos da madrugada, na Avenida Ene Garcez, houve o furto de uma motocicleta cor vermelha, placa NAR 3369.

Hoje, às 01h01min, na avenida Ataíde Teive, bairro Alvorada, houve um assalto com emprego de arma branca, onde dois indivíduos, de bicicleta, roubaram de um senhor uma motocicleta Titan, preta, plana NAR 8857. Hoje, às 01h51min, na avenida Ene Garcez, centro, comunicaram o furto de veículo Classic, placa NOT1546. Hoje, às 02h00 na avenida Ene Garcez, centro, solicitante comunica o furto de motocicleta Yamaha 125, preta, placa NAR6895. Hoje, às 04h32min, na avenida Ataíde Teive, Camará, no Posto Provale, assalto com emprego de arma branca, um indivíduo em uma moto Titan preta, com placa NAN 0686, roubou dinheiro do frentista do posto. Hoje, um homem foi encontrado ensanguentado por vizinhos na Rua Emanuela Geisa Caçari, o mesmo foi socorrido e levado ao PS, na casa do mesmo foi encontrada uma arma de fogo e muito sangue no chão. A DGH e perícia foram acionadas. Hoje, às 5h58min, na rua Flamboiant, Jardim Primavera, dois indivíduos armados com arma de fogo, em um moto BROSS, cor escura, plana NAB 0589, placa adulterada, abordaram uma senhora e roubaram uma bolsa com dinheiro, celular e documentos. Isso, só de ontem para hoje. Informações da própria polícia. Então, gostaria de fazer uma pergunta aos meus queridos parlamentares que dão apoio e defendem o Governo do Estado que, se possível, comunicassem à Governadora do Estado, porque só de 19h30min de ontem até as 06hs da manhã de hoje, foram 18 ocorrências. O Arraial começou ontem, os bandidos fazem a festa e, infelizmente, os órgãos de segurança não têm meios para combater a banditagem, a criminalidade. Essas são informações da própria polícia. Então, eu acho que está na hora de pararmos e pedirmos às autoridades e à secretaria de segurança pública, que parem de brincar com a segurança do nosso povo. Alguma coisa tem que ser feita, pois por enquanto a vítima é o Zé povinho e estão roubando a moto e o celular, mas, quando eles começarem a arrotar o nó para invadir, como já estão invadindo as casas das autoridades, talvez alguém tome providências. É o que está acontecendo na cidade, essa é a pura verdade. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia com discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 019/16, que “institui o Dia da Juventude Cristã no âmbito do Estado de Roraima”, de autoria da Deputada Angela Águida Portella; do Projeto de Lei nº 021/16, que “institui a Semana de Valorização da cultura roraimense, cria o prêmio Cultura Roraimense e dá outras providências”, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; do Projeto de Decreto Legislativo nº 00/16, que “declara de utilidade pública o Centro Educacional Infantil Voluntário Príncipe Encantado, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Jalsen Renier e Lenir Rodrigues; do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/16, que “concede a comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica, e dá outras providências”, de autoria do deputado Jorge Everton.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 019/16, juntamente com o parecer das comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 019/16, bem como o parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 019/16.

A Senhora Deputada **Angela Portella**- Bom dia, Senhor Presidente, nobres colegas. Eu apresentei esse projeto que institui o Dia Estadual da Juventude Cristã, no âmbito do Estado de Roraima, para que a gente possa ter esse dia para dar visibilidade, enaltecer, louvar as pessoas que doam parte da sua vida para ajudar na garantia dos direitos humanos, na preservação dos valores sociais, valores cívicos, valores morais e valores cristãos. Há muitos jovens fazendo trabalho de voluntariado, fazendo trabalho nas Igrejas pastorais, enfim, pessoas que, de alguma forma, ajudam no controle social. Imaginem vocês se não tivessem essas pessoas com essa disponibilidade de puxar para si esse trabalho. Nós temos hoje um número altíssimo de pessoas em estado de drogadição e pessoas sofrendo das mais variadas síndromes que a sociedade moderna impõe ao seres humanos. Então, essas pessoas que estão fazendo a diferença, esse papel de resgate, esse papel de chamamento, para que essa juventude tenha um novo olhar, novos focos, e que ela use o seu tempo e energia de forma saudável. Nada disso estaria acontecendo, se não fosse a disponibilidade da pessoa desprender até da sua própria vida, de deixar muitas vezes o seu conforto, sua casa para se doar dessa maneira. E precisamos prever esta data, para que possamos dar visibilidade e mostrar à sociedade que esse trabalho existe, e com visibilidade fazer com que as pessoas possam se sentir motivadas a engrossar esse cordão, que é esse trabalho social feito pela juventude cristã, ligado as mais variadas denominações religiosas. Por isso, peço apoio aos colegas para que possamos fazer este ato de irmandade, ato cívico, ato social, ato de representatividade de dar voz, rosto e reconhecimento a essas pessoas. Obrigada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em votação. A votação será nominal e eletrônica. Nos termos do Parágrafo 4º, artigo 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Parlamentares têm um minuto para querendo justificarem seu voto. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a proposição, e votando “não” os Deputados rejeitam-na.

Solicito abertura do painel para votação.

A Senhora Deputada **Angela Portella** pede Questão de Ordem - Nobres colegas, peço o apoio de vocês nesta votação. Obrigada.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, o Projeto da Deputada Angela é de grande importância para nosso Estado. A orientação à bancada é votar “sim”.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 019/16 com 16 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 021/16, de autoria do Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 021/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão. Não havendo nenhum Deputado quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será eletrônica. Nos termos do Parágrafo 4º, artigo 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Parlamentares têm um minuto para querendo justificarem seu voto. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a proposição, e votando “não” os Deputados rejeitam-na.

Solicito abertura do painel para votação.

Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 021/16, com 15 votos, sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção, em turno único.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 04/16 e do Parecer da Comissão de Justiça, autoria da Deputada Lenir Rodrigues e Deputado Jalsen Renier.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido Projeto de Decreto Legislativo nº 04/16 e Parecer.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão a matéria. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco-o em votação. A votação será eletrônica. Nos termos do Parágrafo 4º, artigo 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Parlamentares têm um minuto para querendo justificarem seu voto. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a proposição, e votando “não” os Deputados rejeitam-na.

Declaro aprovado o Decreto Legislativo nº 04/16, com 13 votos Sim, nenhum Não e nenhuma abstenção, em turno único.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Quero informar os Senhores Deputados que, na terça-feira, nós deveremos votar em Sessão Extraordinária da Comissão de Orçamento, a LDO. Essa reunião estava prevista para às 15 horas de terça-feira. O edital já deve ter chegado no gabinete dos Deputados, mas nós vamos antecipar. Vamos providenciar um novo edital para que façamos pela parte da manhã, para que possamos votar ainda na terça-feira em Plenário a LDO, porque na quarta-feira está previsto feriado, e isso pode atrapalhar os trabalhos desta Casa. Então, vamos antecipar a votação na Comissão para que possamos seguir o Regimento da nossa Casa e também a nossa Constituição no tocante à decretação do recesso, que só pode ser feito no dia 30, após a votação da LDO. Então, para que não haja esse problema, esse prejuízo, vamos antecipar essa reunião. Aproveite para comunicar aos Deputados, sobre a reunião, não só os que compõem a Comissão Permanente, mas também aqueles indicados pelas demais Comissões para comporem a Comissão Mista de Orçamento. São os seguintes Deputados: Aurelina Medeiros, Ângela A. Portella, Brito Bezerra, Chico Mozart, Chicão da Silveira, Diego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.

Solicito à Secretária da Comissão, Dona Deusa, que providencie novo edital para terça-feira, às 9 horas.

Lembrando ao Senhor Relator, Deputado Jânio Xingú, que conclua seu Relatório, junto com a equipe técnica desta Casa, e que esteja tudo pronto para terça-feira.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 28 de junho, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Lenir Rodrigues, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 28/06/2016